

EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

Isaura Abreu

Começo por enunciar as ideias-chave deste meu contributo de modo a melhor a poderem seguir e posteriormente aprofundar.

São elas:

- o novo e actual conceito de cidadania e as suas implicações pedagógicas;
- os princípios filosóficos que actualmente a Escola deve seguir de forma a melhor contribuir para a formação da Pessoa e, logo, do Cidadão;
- os elementos do processo de transposição curricular que vão desde o currículo formal ao currículo real;
- a poderosa força do currículo implícito, oculto ou escondido para a formação para a cidadania.

Durante muitos anos considerou-se, de uma forma simples, que ser cidadão significava *pertencer à Cidade*. Neste paradigma à Escola bastaria ensinar as regras e as formas de inclusão e de participação. Em termos das metodologias tratava-se de fazer aprender conteúdos de uma forma idêntica ao que se faria, por exemplo, para a Geografia, História ou Matemática.

Com a actual e necessária mobilidade social, com os novos fluxos migratórios e com a consideração do papel activo do sujeito para a construção da sua acção e da sua identidade pessoal e social aprofundou-se e alargou-se o conceito de cidadania.

Com efeito, hoje em dia, nas sociedades verdadeiramente democráticas, SER CIDADÃO não se resume a *morar na cidade* mas alarga-se a aspectos como os seguintes:

- » pertencer e ser proprietário
- » cuidar, criar e produzir
- » ser cuidado e necessário
- » ter direitos e deveres

Tal exige da sociedade um outro papel e que a Pessoa (cada pessoa) seja capaz de:

- partilhar os valores sociais que guiam as suas acções
- manter uma congruência entre os valores e as acções
- encetar acções individuais que não ponham em causa a estabilidade social mas que desafiam o "estar social"
- encetar acções que contribuam para o bem estar pessoal e social.

À Escola é exigido assim que assuma outros princípios para além do da *igualdade de oportunidades*. Destaco entre outros:

- . *Uma Escola que prepare para a vida*
- . *Uma Escola à medida das alunas e dos alunos*

Tal pressupõe que a escola seja sensível à realidade a que está ligada e aos factos do contexto de inserção, sendo necessário, na época actual, que também esteja atenta aos que ocorrerem em qualquer lugar por mais distantes que possam parecer. Trata-se de conseguir uma escola vinculada à vida, que se questione sobre o que está acontecendo e sobre o que se passa com cada um de nós. Uma educação que encare os problemas que nos preocupam, as dificuldades de convivência

e de relação que temos, as metas que devemos ter e sobre os conflitos de valores que hoje se colocam. Portanto, uma educação que contribua para que a vida seja **viável, boa, justa e feliz.**

Significa não encararmos os alunos apenas e unicamente como sujeitos inteligentes mas, também, como sujeitos sensíveis e morais. Quer dizer, como sujeitos completos que precisam de uma educação integral e integrada.

É absolutamente necessário que cada educando e que cada escola promova a construção da IDENTIDADE, de cada uma individual identidade. Tal como afirma Amin Maalouf no seu penúltimo livro traduzido em português a construção e a manutenção da Identidade são factores muito importantes para preservar a PAZ entre povos. (As identidades assassinas - Difel)

Cumprir estes critérios, também, pressupõe superar as explicações que simplificam as questões acerca do desenvolvimento e da natureza do Homem: não somos, unicamente, resultado do condicionamento, do inconsciente, das pressões sociais, nem, muito menos, um engenho de processamento de informação. Seremos um pouco de tudo isto, mas é preciso reconhecer um espaço para a consciência pessoal - um espaço para a autonomia e para os critérios de valor que orientam o próprio processo formativo. Os alunos são pessoas autónomas ou em vias de construir a sua própria autonomia, que usam a inteligência, que sentem e que valorizam. É, por isso, necessária uma escola atenta à construção da autonomia, à sua sensibilidade e aos seus valores.

A Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI da UNESCO sintetiza e elege o que considera serem os *pilares da educação para o futuro*: (Delors, et al, 1986, pp.77-78)

- . Aprender a conhecer;
- . Aprender a fazer;
- . Aprender a viver juntos, aprender a viver com os outros;
- . Aprender a ser.

Ora, tudo isto não se consegue, na Escola, se a reduzirmos a uma via instrutiva, a uma mera instrução intelectual, a uma mera higiene ou a uma tecnologia!

Requer-se uma formação cognitiva, afectiva, valorativa e moral.

Os Ministérios da educação e/ou Instrução preocupam-se em afirmar um "conjunto de definições legítimas, escritas ou não escritas, da cultura digna de ser ensinada e aprendida na escola" - o que designamos por currículo formal.

Como educadores e professores tomamos essas indicações curriculares formais e elas são sujeitas a um longo processo de transposição curricular até chegarmos ao currículo real - "conjunto de práticas, de actividades potencialmente geradoras de aprendizagem".

Esse processo de transposição curricular (do currículo formal ao currículo real) está sujeito a múltiplas influências e representações. Entre outras, destaco: o conceito de sociedade que queremos ajudar a construir; a consideração pelo papel e pelas capacidades dos alunos; o meio em que a escola está inserida; os materiais disponíveis; os conhecimentos psicopedagógicos que temos; o modelo pedagógico de cada um de nós; (...)

Nenhuma verdadeira aprendizagem (de qualquer matéria) se faz devidamente se mobilizarmos apenas um domínio e uma dimensão da pessoa. Muito menos no que se refere a aspectos como o da educação para a cidadania que se insere num campo mais vasto que designamos por *educação moral*.

Os conteúdos expressos formalmente são, neste caso, apenas um pretexto para encetarmos e estimularmos processos mais profundos, mais consistentes e mais práticos. Qualquer conteúdo, qualquer assunto, serve (ou deverá servir) para encetarmos uma via que estimule a responsabilização e a busca do sentido evitando deixar os nossos alunos à mercê de uma sociedade que, cada vez mais, instrumentaliza o Homem e o dessimboliza.

Ao nível do designado currículo real teremos que optar por uma "pedagogia integral" que tem em conta tanto a afectividade, como a racionalidade, como o carácter, que assume a tradição e estimula a visão; que aceita os condicionais sociais e psicológicos a que estão sujeitos os alunos, mas reconhece a sua capacidade de transcendência; que integra o gosto com o dever, o belo com a verdade (Cunha, 1996, pp.213-214).

Como afirma McGettrick (1996) - *O conhecimento é efémero, as ideias são úteis, porém o que nos torna civilizados são os valores.*

Por isso o aspecto mais importante da Educação, com que estamos comprometidos, é a educação da próxima geração e dos seus valores. Nada é mais importante!

Mesmo ao nível do currículo explícito é urgente e inadiável a adopção clara do princípio que leva a *considerar o aluno como Pessoa e investir na sua formação, enquanto tal* e por isso considerar a sua *educação moral*, sem preconceitos.

Temos que nos empenhar numa mudança de paradigma na educação - mais que nos produtos há que investir nos processos. Mais do que nos "saberes" há que investir na formação das pessoas, de cada pessoa. É esta a função de todos os educadores!

O que teremos, com certeza, no próximo século, são as pessoas. E, com certeza, queremos um futuro de pessoas boas, de pessoas de bem, de pessoas que estejam bem consigo próprias .

Tal requer que uma Pessoa que se desenvolva integral e harmonicamente capaz de possuir e de construir algumas das características essenciais da personalidade, como (ABREU, 1997, p.24):

- **a individualidade** (uma história, um agir e um sentido de vida próprio);
- **a autonomia** (no sentido de auto-direcção, de unidade diferenciada e de produto social conseguido através de múltiplas interacções);
- **a consistência ou estabilidade** (correspondente aos caracteres fixos a partir dos quais se pode esperar determinadas atitudes e comportamentos sem pôr em causa a componente essencial da pessoa de se auto-formar);
- **a motivação** (que permite a acção e a manutenção de um projecto e compromisso pessoal e social); e

- **a auto-transcendência** (capacidade só possível aos humanos de se ultrapassarem nas suas expectativas e representações surpreendendo-se a si próprios).

Falámos de alguns poucos, mas importantes, aspectos a ter em consideração ao nível do conceito de pessoa em desenvolvimento e ao nível do currículo real. Contudo, sabe-se que a força mais poderosa para conseguirmos esse desenvolvimento da pessoa não se limita ao currículo explícito mesmo com metodologias intencionais.

Para nós e para os nossos alunos os motivos, os locais e os conteúdos de aprendizagem alastram-se e processam-se em diversos lugares, com diferentes interações sociais e com diversas experiências de vida.

A vida de um aluno não se resume à Escola. Mas, mesmo dentro dela existem domínios poderosamente influenciadores da educação para a cidadania. Estes domínios nem sempre merecem a atenção dos educadores e, no entanto, eles são altamente significativos e por tal devem ser cuidados.

Os materiais, os espaços e formas de participação, as relações interpessoais, as comunicações verticais e horizontais, as presenças, os locais, as imagens, os sorrisos e perfumes de uma escola. Talvez, nestes se concentre a força das aprendizagens através dos nossos múltiplos domínios e dimensões de desenvolvimento.

Nos manuais e cartazes só vemos franceses com baguetes e a visitarem a torre Eiffel, os holandeses de socas e a visitarem os seus moinhos, os italianos a comerem esparguete e a olharem para a Torre de Pizza, os

portugueses a estenderem roupa à janela e a visitarem Lisboa, (...) os de cor negra sempre mutilados e a visitarem "nada".

Se tentarmos entender como vivem os portugueses através dos simples manuais de Matemática para a Escola Primária (disciplina que parece neutra quanto a estes aspectos) concluimos que:

- os homens dedicam-se a comprar automóveis e tractores;
- as mulheres compram tecidos, alimentos e mandam os filhos fazer recados;
- as crianças fazem os recados, compram rebuçados e berlindes; e,
- os portugueses compram tudo, o que é necessário, em prestações e se pagarem a pronto têm desconto.

Não há relações com os outros a não ser para pagar e receber; não há relações de delicadeza; não há pessoas de outras nacionalidades - não há um OUTRO que sente, que vive e que interage!

É próprio de uma sociedade organizada procurar intervir e servir-se da Escola como espaço e estrutura de mudança mas, esta é, também, detentora e detectora das múltiplas crises resultantes tanto da tradição como das mutações e dos desafios sociais e culturais.

Sem ter uma visão negativa da Escola e sem a querer denegrir constata-se que:

. O espaço e o tempo de comunicação na sala de aula é ocupado, sobretudo, pelos professores;

- . Os alunos interagem de forma comandada e autorizada;
- . Os seus conflitos interpessoais são resolvidos por quem tem mais poder e por quem tem o estatuto de adulto;
- . As suas ideias são, muitas vezes, ilustrações ou diversões mas, poucas vezes, propostas a considerar com seriedade e dignidade;
- . Os contactos físicos existentes são, na maior parte das vezes, de chamada de atenção e de gestos de violência em vez de poderem exprimir os laços de ternura;
- . Os "diferentes" incomodam o discurso preparado e o formal e socialmente aceite;
- . O professor fala e enaltece os que concordam com ele e, logo, os que reproduzem o discurso social;
- . As turmas pretendem-se homogêneas quanto às idades, sexos, modos de vestir, nacionalidades, etnias, formas e estilos de aprendizagem, Línguas, formas de linguagem e expressões.

Diz-se que a ESCOLA é VIDA!

Há que pensar na escola, em cada uma das nossas escolas, como pequenas sociedades onde os professores e alunos vivem e sobrevivem:

- Que espaços (ESPAÇO = lugar, tempo, pessoas e forma de expressão) livres e organizados existem para expressar ideias livres?
- Que espaços existem para criar?
- Que espaços eu posso considerar como meus e como colectivos?
- Que espaços existem para eu cuidar?
- Que espaços existem para eu poder alterar?

- Que espaços existem para eu fazer propostas e para intervir?
- Que espaços existem para agir com o estatuto individual de cada um?
- Que espaços existem para manifestar a(s) cultura(s) e a minha identidade?
- Que espaços existem para me mostrar igual e diferente?
- Que espaços para eu ser solidário (sendo igual e diferente) com os Outros em tudo iguais a mim e em tudo diferentes de mim?
- Que espaços existem para receber e para dar afectos?
- Que espaços existem para expressar em acções os valores pessoais e os sociais?

ENFIM

- Quais são as formas e os meios autorizados, abertos e desafiadores para eu, cada um de nós, declarar o seu **nome** sem que isso apague o **nome** do Outro?

São estes alguns dos espaços, dos meios, e dos modos de se aprender o que é a cidadania e a forma de a exercer!

- Em termos do currículo explícito declaro-me contra, a via exclusivamente instrutiva, porque esta é manifestamente exígua. Não basta que os alunos aprendam a reproduzir os discursos moralistas dos professores. O desenvolvimento moral exige a acção moral!
- Em termos do currículo implícito há que ter atenção, aos materiais e ao *ethos* da escola, porque é muito poderosa a sua influência.

A socialização não pode ser por mais tempo encarada como uma instância de reprodução social, desprezando-se a dinâmica e a complexidade das relações interpessoais. O nosso **EU** é socialmente construído, derivando da experiência que obtemos com as reacções dos outros e da habilidade da pessoa para responder a si própria como um outro.

O desenvolvimento surge da necessidade do indivíduo organizar e compreender a sua individualidade de uma forma consistente e sem contradições e surge das pressões externas que permitem que o indivíduo invista em papéis familiares, profissionais e sociais. O sujeito em desenvolvimento tem que ter um papel activo, reactivo e estruturante. A escola é um espaço de identificação cultural e de reflexão crítica.

Temos que ajudar as crianças e adolescentes a serem melhores pessoas e não apenas melhores matemáticos ou físicos.

Tal requer, e pressupõe, a necessidade de aprenderem e de praticarem *processos* e *capacidades* (competências) que os tornem capazes de:

- cuidar das suas necessidades pessoais;
- trabalhar de forma independente;
- participar efectivamente nos grupos;
- tomar as suas próprias decisões;
- avaliar as suas próprias (competências), habilidades e capacidades.

Para ajudar a desenvolver cidadãos os professores e as escolas têm, ainda, que cuidar (quer a nível do currículo

explícito como do implícito) da educação para os valores e neles temos que incluir:

- . a apreciação pela aprendizagem;
- . o respeito e cuidado por si próprio
- . o respeito e cuidado pelos outros;
- . o sentimento de pertença; e,
- . a responsabilidade Social.

Só assim se pode esperar que os jovens estejam comprometidos com outros valores socialmente requeridos, como sejam:

- Cidadania activa e participação na democracia;
- Liberdade responsável e liberdade de escolha;
- Justiça para todos e erradicação das injustiças;
- Paz interior e desenvolvimento da pessoa como um todo;
- Procura e comemoração da verdade. (McGETTRICK, 1995)